

DISCURSO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS DOCUMENTOS EDUCACIONAIS E CURRICULARES BRASILEIROS: ANÁLISE DO PERÍODO DE 2004 A 2017:

Reflexões pessoais e implicações para a prática pedagógica e formação docente

Luana Gomes dos Santos

(UFAPE)

(luana.santos159@icloud.com)

Luiz César Barbosa da Silva

(UFAPE)

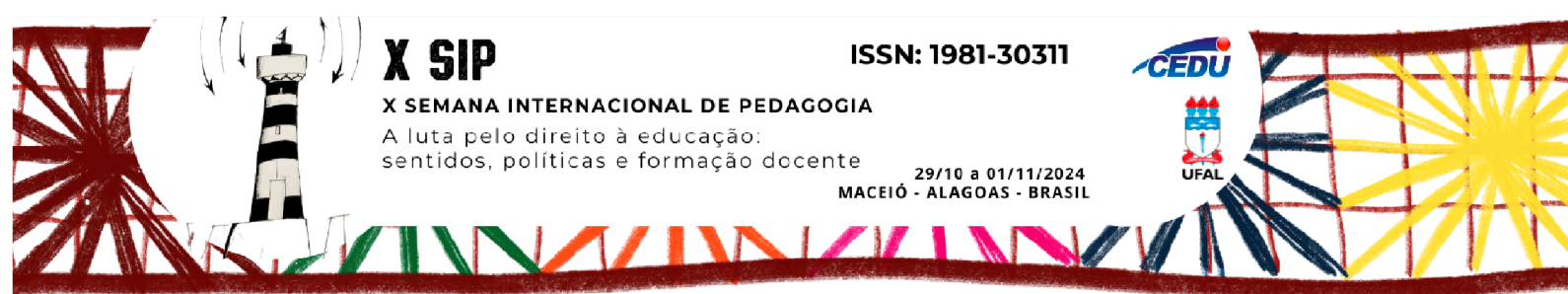
(cesar.barbosa@ufape.edu.br)

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os discursos relacionados a gênero e sexualidade nos documentos educacionais e curriculares oficiais no período de 2004 a 2017. O período foi escolhido em virtude de marcos políticos importantes: em 2004, com o Programa Brasil sem Homofobia, o governo brasileiro destacou o enfrentamento à discriminação por orientação sexual e estereótipos de gênero. No entanto, em 2017, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), houve a supressão do termo "gênero", refletindo uma mudança política significativa.

Além do contexto político e educacional, minha experiência pessoal ao cursar a disciplina "Fundamentos e Metodologias no Ensino de Artes I" (FMEA-I) teve um impacto profundo em meu desenvolvimento como mulher trans e futura pedagoga. Esta disciplina me proporcionou uma compreensão mais rica e uma maior valorização da diversidade e da expressão de gênero, reforçando meu compromisso com a educação inclusiva e a promoção dos direitos humanos no ambiente escolar. A discussão e o reconhecimento dessas temáticas contribuíram para uma auto identificação mais sólida e para um aprimoramento de minha prática pedagógica voltada para a inclusão e respeito à diversidade.

O debate de gênero e sexualidade nas escolas envolve disputas de poder que afetam diretamente a prática educativa, ao passo que o silenciamento sobre



essas questões têm implicações importantes para a educação crítica e a valorização da diversidade.

2 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho são múltiplos e interconectados. O objetivo geral é: analisar as implicações do discurso sobre gênero e sexualidade nos documentos curriculares oficiais, bem como a ausência ou supressão dessas discussões.

Específicos:

- Investigar o significado e a importância de abordar gênero e sexualidade nos currículos e as implicações dessa abordagem para a prática educativa.
- Examinar as consequências do silenciamento dessas questões nos currículos escolares.
- Refletir sobre a influência pessoal e profissional das discussões sobre gênero e sexualidade na formação de professores e na prática pedagógica, destacando a experiência adquirida na disciplina FMEA-I.

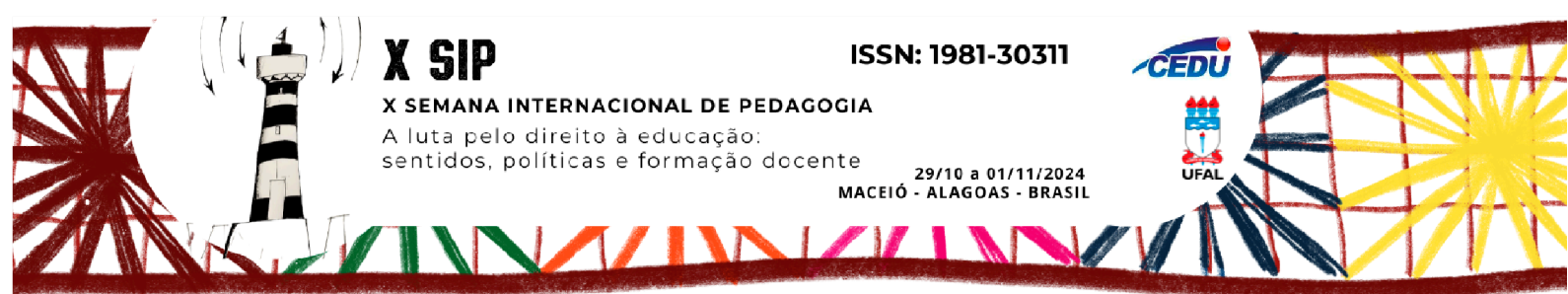
3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para este trabalho inclui uma análise documental dos principais marcos legais e normativos que tratam da questão de gênero e sexualidade na educação. Os documentos analisados são o Programa Brasil sem Homofobia (2004), a BNCC (versões de 2014, 2016 e 2017), o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a Lei Municipal de Garanhuns que proíbe a discussão de gênero nas escolas.

A análise foi realizada com base em categorias analíticas de gênero, utilizando como referencial teórico os trabalhos de Judith Butler, Thiago Raniery e Marluce Paraiso. Adicionalmente, será refletido sobre a influência da formação pessoal e profissional da autora, particularmente a experiência na disciplina FMEA-I, que proporcionou uma maior compreensão e valorização da diversidade de gênero e sexualidade, impactando diretamente a abordagem dessas temáticas na prática pedagógica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos educacionais e curriculares oficiais revelou uma série de questionamentos em torno das questões de gênero e sexualidade ao longo



do período estudado (2004-2017). No início desse período, o governo brasileiro, com o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, deu um passo significativo no reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, promovendo a inclusão e o combate à discriminação por orientação sexual e estereótipos de gênero nas escolas. Documentos como o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009) reforçaram a necessidade de discutir essas questões no ambiente escolar.

No entanto, a partir de 2015, houve uma crescente oposição, especialmente por parte de setores conservadores da sociedade, que pressionaram pela retirada das menções a gênero e sexualidade dos documentos curriculares. O exemplo mais notável desse retrocesso ocorreu em 2017, com a última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na qual os termos "gênero" e "sexualidade" foram suprimidos. Esta mudança refletiu uma vitória dos movimentos conservadores que desacreditam a importância da discussão sobre diversidade sexual e de gênero, promovendo a ideia de uma "ideologia de gênero" para deslegitimar esses temas.

A retirada dessas referências da BNCC pode ser compreendida como um reflexo do avanço de uma agenda conservadora que busca evitar a inclusão dessas temáticas na educação. Consequentemente, muitas escolas passaram a não abordar questões de gênero e sexualidade, contribuindo para a perpetuação de preconceitos e estigmas. Esse silenciamento tem implicações diretas na formação de professores e na educação dos estudantes, criando um ambiente de insegurança e medo para os docentes, que podem sentir-se pressionados a evitar tais temas devido à falta de respaldo legal e diretrizes claras.

Adicionalmente, o impacto pessoal e profissional da discussão sobre gênero e sexualidade na formação de professores é significativo. A experiência adquirida na disciplina FMEA-I, evidenciou a importância de uma abordagem inclusiva e respeitosa, reforçando o papel da educação na promoção da diversidade e do respeito às diferentes identidades de gênero. Esta experiência trouxe uma compreensão mais profunda da necessidade de integrar essas discussões no currículo escolar, para garantir que a educação seja um espaço seguro e acolhedor para todos os estudantes.

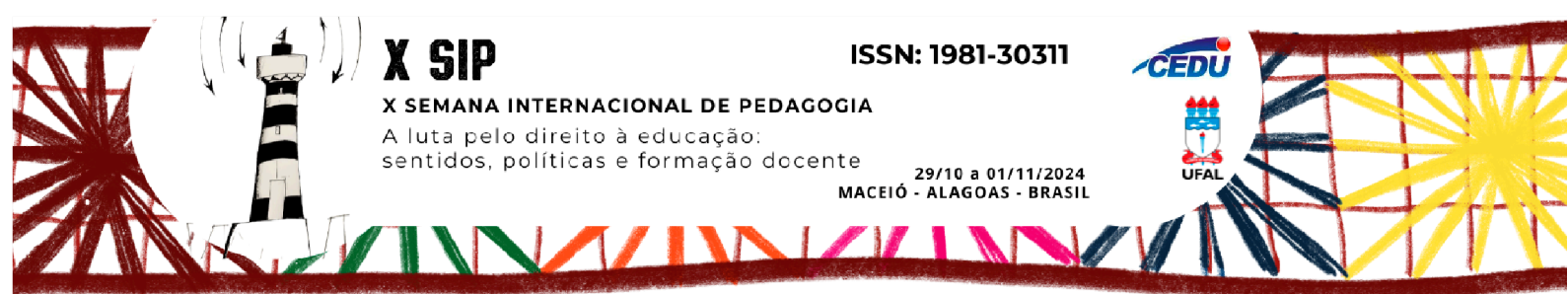
Figuras 01 e 02: Arte em Território Hostil. Atividade com artista travesti Vin Amara



Fonte: Acervo da disciplina FMEA-I, 2023.

Durante a disciplina *Fundamentos e Metodologias no Ensino de Artes I (FMEA-I)*, a combinação de teoria e prática proporcionou um espaço potente para a reflexão sobre gênero e sexualidade, temas muitas vezes marginalizados no currículo escolar. A exposição ao texto "*A arte como arma em território hostil*" foi particularmente significativa, pois trouxe à tona as experiências de resistência da artista transexual Lyz Parayzo, cujo trabalho é uma afirmação da identidade de gênero em um ambiente marcado pela violência e preconceito. Essa conexão entre a arte e a luta social me impactou profundamente, fazendo-me refletir sobre como a educação pode ser uma ferramenta de transformação e visibilidade para corpos dissidentes.

A participação da artista trans Vin Amara em uma das atividades práticas da disciplina também foi um momento de grande relevância. Seu trabalho trouxe uma abordagem visceral sobre a intersecção entre arte e identidade, reafirmando a importância de criar espaços de expressão e resistência dentro e fora da escola. A presença de Amara como uma artista trans engajada em territórios hostis me fez enxergar a sala de aula como um território que também pode ser acolhedor e transformador para estudantes de diferentes identidades.



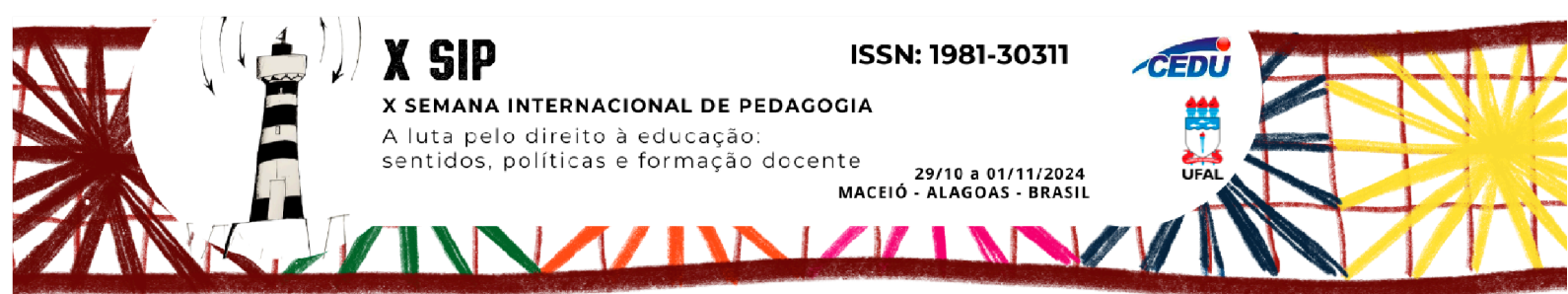
A junção entre teoria e prática me possibilitou não apenas compreender a importância de temas como gênero e sexualidade na arte, mas também enxergar a escola como um espaço de luta por direitos e inclusão. Foi nessa disciplina que percebi a relevância de integrar essas discussões no currículo escolar, garantindo que a educação seja um espaço seguro, onde a diversidade seja não apenas discutida, mas celebrada. Este processo de visibilidade pessoal e artística me permitiu solidificar minha identidade como mulher trans e futura pedagoga, reforçando o compromisso com a promoção da inclusão e do respeito.

Portanto, a ausência dessas temáticas no currículo escolar não apenas reflete uma disputa política e de poder, mas também limita a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. A revisão e atualização contínua das políticas educacionais são essenciais para garantir que a escola seja um espaço de inclusão e respeito à diversidade, e para que os docentes possam abordar questões de gênero e sexualidade com segurança e respaldo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas é, acima de tudo, uma questão de disputa política e de poder. A ausência dessas temáticas nos currículos educacionais reflete não apenas a influência de grupos conservadores, mas também as dificuldades que o Brasil ainda enfrenta em reconhecer e valorizar a diversidade em todas as suas formas. A omissão dessas discussões impacta diretamente a formação de estudantes e professores, que ficam sem o respaldo necessário para abordar questões tão fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Como mulher trans e graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), compreendo de forma pessoal e prática a importância de trazer essas questões para o espaço escolar. O silenciamento de temas como gênero e sexualidade nas escolas contribui para a perpetuação de estereótipos, preconceitos e violências, afetando diretamente pessoas que, assim como eu, fazem parte de grupos marginalizados. A ausência de diretrizes claras sobre a abordagem dessas temáticas nas escolas dificulta o caminho para a



construção de um ambiente educativo mais inclusivo, onde a diversidade seja respeitada e celebrada.

Portanto, é fundamental que as políticas educacionais avancem no sentido de garantir que a escola seja um espaço seguro e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de suas identidades de gênero ou orientações sexuais. A inclusão dessas pautas no currículo escolar não se trata apenas de uma questão educacional, mas também de direitos humanos. Somente por meio de uma educação crítica e plural será possível formar cidadãos conscientes de suas responsabilidades na construção de uma sociedade mais equitativa e democrática.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Actos performativos e constituição de gênero: Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). **Gênero, cultura visual e performance: Antologia crítica**. Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011. p. 87-105.

BARBOSA, Helen Valentinne Miranda. **A diferença de gênero e sexualidade com sua forma de aceitação através da educação**. Anais IV CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/35097>. Acesso em: 28 abr. 2024.

FERREIRA, Debora Armelin. A arte como arma em território hostil: Enfrentamentos nas produções de Lyz Parayzo. **Cidades: Comunidades e Territórios**, n. 39, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cidades/1399>. Acesso em: 9 set. 2024.

MATTOS, Amanda Rocha. **Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”**: Gênero e sexualidades em disputa na educação. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 573-586, 2018. DOI: 10.1590/s0102-37722018000500010.

SILVA, Elder Luan dos Santos. **Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC**. *História & histórias*, v. 8, n. 16, p. 138-162, jul./dez., 2020.

SEFFNER, Fernando. **Sempre atrás de um buraco tem um olho: Racionalidade neoliberal, autoritarismo fundamentalista, gênero e sexualidade na Educação Básica**. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15986>. Acesso em: 28 abr. 2024.